

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A GESTÃO E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PARA A COMUNIDADE

Lessandra Maria da Trindade¹

lessandratrindade@bol.com.br

Lucinea Barbosa de Farias Pinto²

lucineafarias@hotmail.com

Mércia Nunes Cavalcante³

mercianunesc@gmail.com

Ricardo Santos de Almeida⁴

ricardosantal@gmail.com

Resumo

Este trabalho visa mostrar o papel do projeto político pedagógico na gestão democrática e na função social da escola, observando a compreensão, a participação e a contribuição da comunidade escolar na elaboração e alcance dos objetivos para o ensino aprendizagem dos alunos. Seu objetivo está pautado na aplicação do projeto político pedagógico como instrumento norteador necessário e imprescindível para que a escola exerça sua função social na comunidade. Como também, na sua importância como meio de gestão democrática e essencial para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Gestão Democrática. Função Social da Escola.

Abstract

This work aims to show the role of the political pedagogical project in democratic management and social function of the school, noting the understanding, participation and contribution to the school community in developing and achieving objectives for teaching students learning. Your objective is founded on the application of political pedagogical project as a guiding instrument needed and necessary for the school to exercise their social role in the community. But also in its importance as a means of democratic management and essential for the development of teaching and learning.

Keywords: Political Pedagogical Project. Democratic Management. Social Function of the School.

¹Discente do curso Administração Pública Bacharelado vinculada ao Programa Especial para Formação de Servidores Públicos da Universidade Estadual de Alagoas (PROESP/UNEAL).

²Discente do curso Administração Pública Bacharelado vinculada ao PROESP/UNEAL.

³Discente do curso Administração Pública Bacharelado vinculada ao PROESP/UNEAL.

⁴Professor do curso Administração Pública Bacharelado vinculado ao PROESP/UNEAL e Professor Pesquisador do curso Geografia Licenciatura (UAB/UFAL) e Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão (UFAL) e pesquisador no Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO).

Introdução

O projeto político pedagógico é um dos pilares mais fortes na construção de uma gestão democrática. É através dele que o gestor reconhece e concretiza a participação de todos na definição de metas e na implementação de ações e a equipe assume a responsabilidade de cumprir as metas projetadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Com um projeto político pedagógico bem estruturado, a escola ganha uma identidade clara, e a equipe, segurança para tomar decisões. E, a partir disto, a gestão se torna cada vez mais democrática, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar na sua elaboração e execução.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida entre os dias 03 e 10 do mês de novembro de 2014. A pesquisa teve como objetivo geral investigar como a comunidade escolar compreende a gestão democrática participativa, que se constitui numa prática que deve priorizar o desenvolvimento integrado de todos os agentes envolvidos no processo pedagógico; investigar a ação e contribuição dos docentes na elaboração e desenvolvimento do projeto político pedagógico como um espaço de gestão democrática e qual sua importância e papel na função social da escola.

A gestão é entendida como um componente que colabora para a democratização do acesso ao ensino público, não se reduzindo apenas à sala de aula, mas também à estrutura da escola. Para Libâneo (2002, p. 87), a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no

funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

Portanto, o princípio participativo no sentido de gerar a democracia na escola não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino. Tanto quanto o processo organizacional, e como um de seus elementos, a participação é apenas um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Em razão disso, a participação necessita do contraponto da direção, outro conceito importante da gestão democrática, que visa promover a gestão da participação.

O Projeto Político Pedagógico

Ao construir o projeto político pedagógico de uma escola, planeja-se o que tem intenção de fazer, de realizar. Joga-se para diante, com base no que se tem, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Segundo Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579).

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, contribuindo assim para uma escola ativa, uma escola democrática. Contudo, é importante grifar que nem todas as

escolas trabalham dessa forma, contribuindo para um ambiente escolar não participativo, autoritário e centralizado.

O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Esse projeto é o referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394-96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Ou seja, o marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição.

O artigo 12 da LDB diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Está é realmente a afirmação de liberdade, podendo-se constatar que a escola é "livre" para essa elaboração, principalmente no que diz respeito à gestão, já que com ampla autonomia o diretor tornou-se gestor executando variadas funções tais como: escolha do quadro docente (instituições privadas) equipe de colaboração e demais funcionários que contribuem para o funcionamento da escola.

O gestor deve agir de maneira democrática na elaboração desse projeto, integrar a sociedade no ambiente escolar respeitando sempre seu marco referencial, aceitando opiniões do corpo docente e funcionários, com isso pode-se restaurar o senso crítico e participativo de todos. O gestor não é único nessa elaboração, talvez essa seja uma das grandes falhas existentes nos dias atuais.

Planejar e construir um projeto político pedagógico, é ter compromisso com uma educação de qualidade e participativa, é a união entre escola e comunidade, comunidade e escola, pois ambos são indissociáveis. É trilhar um caminho com foco na aprendizagem, participar de opiniões e responder os questionamentos.

Uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição Federal do Brasil de 1988 e é referendada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público, como um dos princípios em que deve consolidar a Educação Nacional.

Nesse contexto, determinou-se, dentre as incumbências dos sistemas públicos, que esses devem definir as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. Determinaram-se, também, que os referidos sistemas devem assegurar às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, deliberações que expressaram modos concebidos para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica (BRASIL, 1996).

A participação dos profissionais da escola e dos órgãos colegiados é de fundamental importância na construção e implementação do Projeto Político Pedagógico. O Conselho Escolar e o Conselho de Classe que são instâncias colegiadas e podem muito contribuir no processo de reflexão, mobilização, na implementação e avaliação do projeto. Em especial, o Conselho Escolar, aqui concebido como instância máxima no processo de tomada de decisão, de participação e de representação dos diversos segmentos da escola, enfim, cabe-lhe papel central em todas as etapas do projeto.

O projeto político pedagógico constitui-se em um imprescindível instrumento de intervenção na realidade escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano escolar, bem como se configura como elo de diálogo e de participação dos diversos cidadãos da comunidade externa. Nesta perspectiva, o projeto político pedagógico se consolida como instrumento de uma gestão colegiada caracterizada pela tomada de decisão coletiva e pela contínua reflexão em torno das demandas, necessidades, fragilidades e potencialidades apresentadas na realidade escolar.

Gadotti (2000) destaca que “o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais”. Nisto reside à pluralidade de projetos pedagógicos desenvolvidos à luz do marco referencial e a partir de uma efetiva análise da realidade escolar peculiar a cada instituição de ensino. Ou seja, reside em projetos pedagógicos diversos devido à

realidade de cada escola, de cada comunidade escolar e também é elaborado de acordo com a identidade, a visão de mundo, a utopia, os valores, os objetivos, os compromissos da unidade educativa.

A democratização da gestão escolar, tendo por sustentáculo a participação dos sujeitos escolares na elaboração/implementação do PPP e na atuação dos órgãos colegiados requer, portanto, mudança de mentalidade. Implica a mudança no uso de tempos e espaços escolares, na organização do trabalho pedagógico e nas formas de comunicação e interação. Por isso, vale destacar as palavras de Gadotti (2000) ao afirmar que a “gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente, precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho”.

Mesmo com todo este conhecimento, infelizmente, muitos gestores veem o projeto político pedagógico como uma mera formalidade a ser cumprida por exigência legal - no caso, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa é uma das razões pelas quais ainda há quem prepare o documento às pressas, sem fazer as pesquisas essenciais para retratar as reais necessidades da escola, ou simplesmente copie um modelo pronto. Negando, assim, o direito a diversidade de formas de ensino e aprendizagem.

É notório a importância do projeto político pedagógico, quando o processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. O projeto político pedagógico é o principal instrumento para a construção de uma unidade de ação entre os agentes educativos.

A Gestão Democrática e Participativa na Escola

A gestão democrática na escola tem o objetivo de envolver toda a comunidade escolar através da participação efetiva na construção do Projeto Político

Pedagógico e em todas as decisões que imergirem desta gestão. A gestão democrática da escola só tem êxito se a comunidade participar de forma efetiva e ativamente direta, ou através dos órgãos colegiados da escola como o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil.

Segundo Luckesi (2007, p.15), “Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. Isto é, a escola é administrada em função de sua comunidade e com sua comunidade com participação efetiva de todos. Assim, ela é o espelho de seus gestores.

A gestão democrática é um princípio constitucional fortalecido pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Lei Darcy Ribeiro e distingui-se pela prática dos seus gestores associados a uma visão de educação emancipadora. Ela exige um gestor capaz de identificar e programar espaços de aprendizagem compatíveis com uma educação participativa, certificando a construção de escolas solidárias, democráticas e competentes.

Segundo o Art. 14, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A gestão democrática voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, expressa um anseio de crescimento dos

indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

A gestão democrática permite o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva da escola, e facilita a luta por condições materiais para aquisição e manutenção dos equipamentos escolares (material didático, de pesquisa e leitura, de informatização), bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação (BASTOS 2002: p. 78). O que nos remete à necessidade de se estabelecer a gestão democrática na escola, bem como de se estabelecerem relações de reciprocidade na construção do coletivo.

De acordo com Genuíno Bordignon (in Federativo: 2006(E)) o princípio da gestão democrática da educação pública, com status constitucional, e os dispositivos legais relativos à sua implementação, representam os valores e significações dos educadores que preconizam uma educação emancipadora, como exercício de cidadania em uma sociedade democrática. São resultado de um processo instituído ao novo fundamento de gestão democrática da educação a desfazer o paradigma patrimonialista. Mas esses dispositivos legais, por si só, não mudam cultura e valores. Somente as práticas iluminadas pelo novo paradigma podem mudar culturas e valores.

Assim, para que os fundamentos do novo paradigma constitucional, que preconiza uma educação democrática, emancipadora, cidadã, possam desfazer os do antigo paradigma patrimonialista, é necessário que a comunidade escolar e local adote a estratégia de participar efetivamente nos conselhos, com autonomia para exercer seu poder cidadão na gestão das instituições públicas de educação, tendo como pressuposto que essas instituições pertencem à cidadania.

Uma gestão escolar democrática, a própria palavra nos diz, promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decidir sobre as ações que serão desenvolvidas, analisa situações e promove confronto de ideias, procura-se, assim, o êxito de sua organização, através de uma atuação consciente. (PAULA; SCHNECKENBERG, 2008 p. 10).

Avançou-se muito no que diz respeito à gestão democrática, mas ainda tem uma longa estrada a percorrer, pois se vive em uma sociedade onde a burocracia ainda impera.

A organização do trabalho pedagógico na escola pública não é uma tarefa fácil, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque a autonomia e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que as mesmas atenda aos interesses da comunidade escolar, deverá também, compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os envolvidos no processo, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas ideias para enriquecer o trabalho coletivo. A gestão democrática exige participação. “Democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro.” (LÜCK, 2006, p. 54)

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico. (LÜCK. et.al. 2005, p.17).

Nesse sentido, entre as modalidades mais conhecidas de participação, estão os conselhos de classe – bastante difundidos no Brasil – e os conselhos de escola, colegiados ou comissões que surgiram no início da década de 1980.

Portanto, o princípio participativo no sentido de gerar a democracia na escola não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino. Tanto quanto o processo organizacional, e como um de seus elementos, a participação é apenas um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Em razão disso, a participação necessita do contraponto da direção, outro conceito importante da gestão democrática, que visa promover a gestão da participação.

Função Social da Escola

A escola como ato social foi assim vista pela primeira vez pelo pedagogo Émile Durkheim, que defendia a postura social que a escola e a educação em si, devem permear. Apesar deste autor não ter desenvolvido modelos pedagógicos, suas ideias ajudaram a compreender o significado social do trabalho do professor, onde a educação escolar deixa de ser vista de forma individualista e sim através de uma perspectiva coletiva.

A escola emerge como uma instituição fundamental para a constituição do indivíduo e para ele próprio, da mesma forma como emerge para a evolução da sociedade e da própria humanidade. A escola como instituição social possui objetivos e metas, empregando e reelaborando os conhecimentos socialmente produzidos.

No mundo atual, a escola preocupada com o papel social tem que se preocupar com a formação do indivíduo enquanto cidadão e repensar a sua forma de ensinar os seus alunos devem mostra caminhos, bem como mostrar como procurar tais caminhos. A escola deve intermediar no processo de ensino-aprendizagem, deve dar suporte ao aluno para que construa suas próprias teias do conhecimento. Deve despertar no aluno, também a criatividade, a motivação pelo estudo, pelo que ele representa na sociedade e que o estudo é umas das formas de reverter às desigualdades sociais.

É a escola o espaço, por excelência, da convivência dos contrários, do encontro e do confronto das diferenças individuais, sociais e culturais.

A gestão democrática da educação é cada vez mais exigida para que a escola cumpra sua função educativa. O crescimento desta exigência decorre da própria essencialidade do trabalho pedagógico e do contexto no qual a educação se realiza. (WITTMANN, 2007, p.11).

A escola é lugar de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas. Mas é também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural. No segundo sentido, por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser

uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o *status* de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a prática da participação dos órgãos deliberativos da escola, os pais, os professores, os alunos vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade.

O Projeto Político Pedagógico se constitui um projeto democrático que contempla as condições à realidade em que a escola está inserida, tem que se configurar como um projeto de solidariedade, onde a escola seja necessária socialmente, privilegiando o saber, o pensar, o ser humano num todo. O PPP é um projeto democrático por que todos os funcionários são chamados a participar de sua elaboração, execução e acompanhamento.

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1998. p.13-14).

O Projeto Político Pedagógico é o espelho da participação coletiva na construção dos desejos maiores do grupo social. Ele é construído mediante uma conversa política entre cidadão participante de uma mesma relação social, com o objetivo comum convergente e, sobretudo, pela valorização do trabalho e da ação comunitária.

O Projeto Político Pedagógico define uma posição da escola no que se refere à melhoria do processo ensino versus aprendizagem. Ao conter o seu currículo básico e pleno, suas estratégias de ensino para todas as disciplinas ou conjunto de disciplinas, seus recursos didático a serem utilizados, seus planos de avaliação, sua visão de mundo e de sociedade, afirma-se conteúdo de cidadania e pluralidade cultural, é um documento que abrange as diferentes perspectivas da escola e é através dele que se dá a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo.

Caminhos da Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida, com o intuito de responder à expectativas levantadas pelas alunas pesquisadoras e pela própria escola em relação à análise e descrição do projeto político pedagógico como instrumento de gestão democrática, objetivando a compreensão do processo de ensino e aprendizagem da uma escola pública municipal.

Realizou-se através de observações do cotidiano escolar, análise documental da própria escola, assim como de livros e artigos que possibilitaram o enriquecimento da mesma.

O universo deste trabalho foi uma escola pública, localizada no bairro Brasília, na cidade de Arapiraca, que atende a aproximadamente 900 alunos, do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos).

Participaram da presente pesquisa: direção, coordenação e alguns professores de turmas variadas, além de observações realizadas em turmas de 1º ao 9º ano.

A fundamentação teórica se deu através de artigos da Lei nº 9.394, de 1996 e dos seguintes teóricos: Luckesi (2007), Veiga (1998), Wittmann (2007), Luck (2006).

A Escola: da sua estrutura organizacional à sua aplicabilidade

A partir da pesquisa realizada na Escola, pode-se observar que o projeto político pedagógico foi elaborado e reelaborado com a participação de toda a comunidade escolar, em especial através do Conselho Escolar. O mesmo tem objetivos e metas que visam uma melhor atuação da escola e uma prática pedagógica bem diversificada a fim de uma qualidade do ensino e da aprendizagem.

Todos os professores entrevistados afirmaram que a sua prática é efetivada em sala de aula conforme o projeto político pedagógico, já que o mesmo é reelaborado a cada ano letivo, de acordo com a realidade da escola e da

comunidade escolar. E, ainda, o objetivo maior do projeto é elevar a qualidade do ensino público, com vistas a transformar socialmente os alunos, buscando torná-los cidadãos críticos e capazes.

Nota-se que, através destas informações, a equipe diretiva da escola buscou a participação de representantes de toda a comunidade escolar na reelaboração do projeto político pedagógico, com vistas a buscar esforços para garantir a qualidade de ensino e a permanência do aluno na escola.

Alguns professores, embora tenham participado da reelaboração do projeto, acham que não seria necessária a participação de todos eles, pois acreditam uma representação seria suficiente. Os mesmos não veem a diversidade como ponto chave para uma boa reelaboração deste documento norteador, pois acreditam que todos os alunos de seis anos de idade são basicamente iguais e podem aprender o currículo da mesma forma.

A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do discente, de acordo com a visão de sociedade que apresenta. Cabe-lhe, também, a incumbência de definir as mudanças que julga necessário fazer nessa sociedade, por meio das mãos do cidadão que irá formar.

Para superar o desafio de elaborar o PPP, deve-se considerá-lo como um instrumento que se constrói constantemente e se orienta com intencionalidade explícita, porque é prática educativa. Construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de ensino-aprendizagem, inserida no mundo real que comporta ideais, valores, crenças, princípios e não apenas conhecimento sistematizado.

A equipe diretiva vem sentindo dificuldades em reunir todos os funcionários de todos os turnos que a escola funciona para discutir sobre as ações pedagógicas diárias. Os funcionários ainda veem que o importante é trabalhar para aqueles alunos que estudam no seu turno de trabalho e não a escola como um todo.

Desse modo esta equipe demonstra uma certa fragilidade na busca da efetiva participação de todos nas ações pedagógicas dos três turnos em que a escola funciona.

Porém, se bem formatado, o próprio processo de construção do documento gera mudanças no modo de agir. Quando todos enxergam de forma clara qual é o

foco de trabalho da instituição e participam de seu processo de determinação, viram verdadeiros parceiros da gestão.

Os objetivos da escola estão bem definidos e a proposta pedagógica é pautada em princípios democráticos, pois o Projeto Político Pedagógico é um documento que descreve a finalidade da escola e possibilita a reflexão e discussão do cotidiano escolar democraticamente. A elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma forma de efetivar os princípios democráticos, pois mesmo se baseia na realidade da comunidade escolar e conta com os vários segmentos representativos da escolar.

A equipe gestora sugere o desenvolvimento de formas eficazes de incentivo a participação maior dos pais, da comunidade escolar, dos funcionários, dos discentes e docentes nas decisões, nos debates, na vida escolar dos alunos, nas reuniões pedagógicas. Ou seja, uma participação efetiva, de uma forma globalizada, para que a gestão democrática realmente aconteça na prática.

O grande desafio da escola é fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro empasse a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme Libâneo (2005, p.117):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Considerações Finais

Este trabalho proporcionou o maior entendimento da importância do projeto político pedagógico na gestão democrática e na função social da escola, buscando uma participação coletiva e efetiva para o alcance dos objetivos inseridos no projeto. Percebe-se que várias dificuldades precisam ser vencidas como a resistência à participação dos pais e demais representantes da comunidade escolar, a falta de politização e o comodismo.

A gestão democrática, baseada nos seus princípios precisa estar intrínseca no projeto político pedagógico da escola, através de uma participação efetiva da comunidade escolar no dia-a-dia da escola representa que a educação está fazendo a sua parte, ou seja, existe confiança e comprometimento entre ambas as partes. E isso demonstra e confirma a legitimidade do trabalho desenvolvido e o grau de consciência de sua população.

Sendo assim, é fundamental incentivar e apoiar a efetivação das principais formas de participação da comunidade na escola. Para tanto, o gestor é peça fundamental. Ele precisa fazer frente a essa necessidade a fim de superar dificuldades, como o desinteresse das famílias e dos próprios professores desmotivados.

O fato de a escola ser um elemento de grande importância na formação das comunidades torna o desenvolvimento das atribuições do gestor um componente crucial, é necessário que possua tendência crítico-social, com visão de empreendimento, para que a escola esteja acompanhando as inovações, conciliando o conhecimento técnico à arte de disseminar ideias, de bons relacionamentos interpessoais, sobretudo sendo ético e democrático.

Em suma a escola deve estar preparada para transmitir o preceito da participação, cumprindo assim, o seu papel social, formando cidadãos críticos e transformando as diferenças em democracia e participação, qualificando a aprendizagem e construindo não a escola que temos, que queremos ou que é sim a que merecemos de forma democrática e participativa.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

DIA A DIA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (org.) **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papirus, 2006.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político- pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998

WITTMAN, Lauro Carlos. **Gestão Democrática**. Curitiba, 2007.